

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2019, EM OEDIÊNCIA AO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, DE 04 DE MAIO DE 2000, ATENDENDO AINDA, AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 9º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, ÀS 11:00 HORAS DO DIA 30 DE MAIO DE 2019, a qual esteve sob a Presidência da Vereadora Vivian Soares, Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Registrada a presença do Vereador Agente Américo Cato. Presentes ainda, funcionários da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, demais servidores municipais, assessores parlamentares, profissionais da imprensa e público presente, conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos a Vereadora Vivian Soares, Membro da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Economia e Presidente da Audiência Pública, convidou o senhor Lúcio José Fiorelli, Gerente de Economia e Finanças, para tornar público o Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais do 1º trimestre de 2019. O senhor Lúcio José Fiorelli iniciou a sua explanação invocando o artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujo objetivo precípuo é o de evitar *déficits* e reduzir dívidas. Enfatizou, que o objetivo da presente Audiência seria o de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, dos resultados econômicos, financeiros e orçamentários relativos ao 1º trimestre do exercício de 2019. Prosseguiu dizendo que, na composição dos resultados seguidamente relatados, estavam inclusos os dados dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, ou seja, contidas as receitas, as despesas, dentre outros aspectos financeiros do Município de Jahu, da Câmara Municipal de Jahu, da Agência Reguladora – SAEMJA e do Instituto de Previdência do Município de Jahu. Fez referência expressa ao bojo do artigo 48 da LC nº 101, de 04 de maio de 2000: *“Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”*. Ato contínuo, o representante do Poder Executivo passou a tecer considerações acerca da demonstração dos resultados. Foi apresentado o quadro comparativo da receita prevista no exercício de 2019 *versus* a receita arrecadada até 30 de abril de 2019. Verificou-se que a receita prevista foi de R\$ 427.630.760,54, a receita arrecadada foi de R\$ 127.771.852,33, sendo a diferença de R\$ 299.858.908,21, e, o percentual arrecadado foi de 30% do estimado. Em seguida, foi apresentado o quadro comparativo da receita arrecadada no 1º trimestre de 2018 *versus* a receita arrecadada no 1º trimestre de 2019. Nesse, verificou-se que em 2019 houve um acréscimo de 6,39%; a receita em 2018 foi da ordem de R\$ 120.094.907,95, e, no mesmo período no ano de 2019 foi de R\$ 127.771.852,33, perfazendo uma variação positiva equivalente a R\$ 7.676.944,38. Salientou que tal majoração se deveu à inflação na casa de 4% no ano passado, assim como, à prorrogação do prazo de pagamento da cota única do IPTU. Também foram apresentadas as principais receitas do exercício de 2019, a saber: **Receitas Correntes** – R\$ 141.434; Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias – R\$ 25.987; Contribuições – R\$ 2.266; Receita Patrimonial – R\$ 397; Receitas de Serviços – R\$ 394; Transferências Correntes – R\$ 110.642; Outras Receitas – R\$ 1.744; Intra-Orçamentárias – R\$ 3; **Receitas de Capital** – R\$ 113; Operações de Crédito – R\$ 0; Transferências de Capital – R\$ 0; Outras Receitas de Capital – R\$ 113; **Total da Receita Bruta** – R\$ 141.547; Deduções do FUNDEB – (R\$ 13.775); **Total da Receita Líquida** – R\$ 127.772 (valores expressos em milhares). Foi registrada a presença do Vereador Wagner Brasil de Barros. Ato contínuo, foi apresentado gráfico comparativo das principais receitas dos exercícios de 2018 e 2019, respectivamente: **Receitas Correntes** – R\$ 130.805 e R\$ 141.434; Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias – R\$ 24.977 e R\$ 25.987; Contribuições – R\$ 2.203 e R\$ 2.266; Receita Patrimonial – R\$ 357 e R\$ 397; Receitas de Serviços – R\$ 2 e R\$ 394 (majorada com a arrecadação com taxas de concurso público); Transferências Correntes – R\$ 101.751 e R\$ 110.642; Outras Receitas – R\$ 1.514 e R\$ 1.744; Intra-Orçamentárias – R\$ 1 e R\$ 3; **Receitas de Capital** – R\$ 1.721 (convênios com o Governo federal) e R\$ 113; Operações de Crédito – R\$ 0 e R\$ 0; Transferências de Capital – R\$ 50 e R\$ 0; Outras Receitas de Capital – R\$ 1.672 e R\$ 113; **Total da Receita Bruta** – R\$ 132.527 e R\$ 141.547; Deduções do FUNDEB – (R\$ 12.432) e (R\$ 13.775); sendo **Total da Receita Líquida** – R\$ 120.095 e R\$ 127.772 (valores expressos em milhares). Ato contínuo, foi apresentado demonstrativo da despesa empenhada e despesa liquidada no 1º trimestre de 2019: **Despesas correntes:** empenhado - R\$ 219.920 – 84,09%, e, liquidado - R\$ 103.197 – 94,93%, sendo, Pessoal e Encargos Sociais: empenhado – R\$ 56.926 – 21,76%, e, liquidado – R\$ 49.028 – 45,10%; Juros e Encargos da Dívida: empenhado – R\$ 183 – 0,06%, e, liquidado – R\$ 57 – 0,05%; Outras Despesas Correntes: empenhado – R\$ 162.809 – 62,25%, e, liquidado – R\$ 54.109 – 49,77%; Intra-Orçamentária: empenhado – R\$ 3 – 0%, e, liquidado – R\$ 3 – 0%; **Despesas de Capital:** empenhado – R\$ 41.607 – 15,90%, e, liquidado – R\$ 5.505 – 5,06%, sendo, Investimentos: empenhado – R\$ 28.913 – 11,05%, e, liquidado – R\$ 1.264 – 1,16%; Amortização da Dívida: empenhado – R\$ 12.694 – 4,85%, e, liquidado – R\$ 4.241 – 3,90%, perfazendo a Despesa Total de R\$ 261.528 empenhado, e, R\$ 108.702 liquidado (valores expressos em milhares). Salientou que as despesas correntes representam as

maiores despesas liquidadas, sendo 84,09% do empenhado e 94,93% do liquidado. Na sequência, foi apresentado gráfico da despesa empenhada por entidade no 1º quadrimestre de 2019: Prefeitura Municipal – 94,85% - R\$ 103.099; Câmara Municipal – 1,49% - R\$ 1.619; IPMJ – 3,39% - R\$ 3.684; e, SAEMJA - Agência Reguladora – 0,28% - R\$ 300; totalizando o valor de R\$ 108.702 (valores expressos em milhares). Após, foram apresentadas as principais despesas por função de Governo: Educação – 21%; Saúde – 34%; Cultura – 0%; Urbanismo – 5%; Habitação – 0%; Gestão Ambiental – 6%; Desporto e Lazer – 1%; Encargos Especiais – 10%; Legislativa – 1%; Previdência Social – 4%; Outras – 1%; Administração – 14%; e, Assistência Social – 2%. O Gerente da Secretaria de Economia e Finanças, assinalou que os valores percentuais que apareceram zerados tiveram despesas com valores monetários menores, abaixo de 1%, e, portanto, não foram indicados graficamente. Em seguida, foram apresentados os gráficos das despesas com ações de Ensino (recursos próprios) com percentual empenhado e liquidado, respectivamente, de 43,60% - R\$ 39.411.460, e, 27,67% - R\$ 25.017.889. Do mesmo modo, com base na receita de impostos e transferência de impostos no valor de R\$ 90.402.737, a aplicação mínima obrigatória de 25%, equivalente a R\$ 22.600.684 também foi superada. Foram aplicados 27,67% no Ensino com base na despesa liquidada, correspondendo ao total de R\$ 25.017.889 (valores arredondados em milhares). O valor empenhado e liquidado, respectivamente, com recursos do FUNDEB em 2019 foi de: **Despesas com Educação Básica** – Despesas com Magistério (mín. 60%) – empenhado e liquidado – R\$ 12.855.619 – 65,19%; Demais Despesas (máx. 40%) – empenhado e liquidado – R\$ 2.043.507 – 10,36%; **Total Geral Aplicado** – empenhado e liquidado – R\$ 14.899.126 – 75,55%. Os recursos recebidos do FUNDEB foram da ordem de R\$ 19.721.223. Com base nesse valor, a aplicação mínima seria de R\$ 11.832.734, e o foi na ordem de R\$ 12.855.619. Após, foi apresentado gráfico das despesas com ações de Saúde (custeadas com recursos próprios) com valor empenhado e liquidado, respectivamente, de 51,90% - R\$ 46.918.529, e, 28,77% - R\$ 26.011.954. O senhor Lúcio José Fiorelli informou que, com base na receita de impostos e transferência de impostos no valor de R\$ 90.402.737, a aplicação mínima obrigatória de 15%, equivalente a R\$ 13.560.411 igualmente foi superada (valores arredondados em milhares). A seguir passou-se à demonstração do quadro comparativo das despesas com pessoal nos exercícios de 2018 e de 2019. No exercício de 2018 a receita corrente líquida foi de R\$ 368.930.850 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 144.362.153, equivalente a 39,12%, sendo o limite máximo de gasto com pessoal de 54% (art. 20) de R\$ 199.222.659, e, o limite prudencial de 51,30% (art. 22) de R\$ 189.261.526. Já no exercício de 2019 a receita corrente líquida foi de R\$ 378.211.956 e a despesa líquida com pessoal foi de R\$ 145.727.776, equivalente a 38,53%, sendo certo que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite máximo de gasto com pessoal de 54% (art. 20) de R\$ 204.234.456, e, o limite prudencial de 51,30% (art. 22) de R\$ 194.022.734, e, o resultado consolidado para o município de Jahu foi de 38,53% (valores arredondados em milhares). Finalizada a explanação, o Gerente de Economia e Finanças, senhor Lúcio José Fiorelli, agradeceu a todos os presentes, colocando-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas. Na oportunidade foi registrada a presença do Vereador Toninho Masson. Após, a Presidente da Audiência Pública, Vereadora Vivian Soares, indagou à Imprensa, público em geral, e Edis presentes, se haveria alguma pergunta a ser formulada ao representante do Poder Executivo, oportunidade em que, arguiu ao orador o senhor Carlos Alberto Contador, munícipe. Manifestou-se o Vereador Wagner Brasil de Barros. Ato contínuo, fizeram uso da palavra, arguindo ao Gerente de Economia e Finanças, a Jornalista da TV Câmara Jahu Bruna Mano, e, o senhor Eurípedes Martins Romão, munícipe. Em seguida, a Presidente da Audiência Pública, Vereadora Vivian Soares, novamente indagou aos presentes, se haveria mais algum questionamento, oportunidade em que ninguém mais manifestou interesse em pronunciar-se. Finalizando os trabalhos, a Vereadora Vivian Soares, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente Audiência Pública. Determinou a mim, Lucianne Oliveira Pussi, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a documentação supra mencionada, bem como, a lista de presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública. -----


Lúcio José Fiorelli
Secretário Interino
Secretaria de Economia e Finanças


VIVIAN M. S. MARCOS SOARES
Vereadora